

ATA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SANTA ALBERTINA – IPRESA.

Aos doze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezesseis, às 13h30min, na sede do Instituto de Previdência Municipal de Santa Albertina, localizado na Rua Armindo Pilhalarmi, 1.121, 1º andar, Centro, nesta cidade, foi realizada a reunião com os membros do Comitê de Investimentos, Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal do Instituto de Previdência Municipal de Santa Albertina - IPRESA, com o **objetivo de avaliar o cenário econômico do País e seus reflexos, analisando o cenário macroeconômico de curto prazo e as expectativas de mercado, relatar e avaliar a situação financeira do IPRESA, mediante a distribuição de cópia do balancete da receita e da despesa do mês de agosto/2016, também distribuir, relatar e avaliar o Relatório Analítico dos Investimentos em agosto/2016, definição da aplicação dos recolhimentos previdenciários da competência agosto/2016, descontas as despesas administrativas (cujo vencimento se dará em 13 de setembro de 2016), definir aplicação de valores recebidos do pagamento da 8º parcela do Parcelamento nº 00104-2016, autorizado pela Lei Municipal nº 993, de 06 de janeiro de 2016, a qual dispõe sobre o parcelamento de débitos do Município de Santa Albertina com seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS e relatar a falta de recolhimento da competência junho e julho/2016 por parte da Prefeitura Municipal e vencimento do CRP – Certificado de Regularidade Previdenciária.** Deu-se início a reunião constatando-se a presença dos seguintes membros do **Comitê de Investimentos:** Márcia Cristina Manfrenato Cassim, Rosângela Marisa Tezzon e Sebastião Batista da Silva, **Diretoria Executiva:** Márcia Cristina Manfrenato Cassim, Rosângela Marisa Tezzon e Célia Maria Bassi, **Conselho Deliberativo:** Ellen Sandra Ruza Poliselí, Osmar Games Martins, Silmara Porto Penariol, Carlos César de Oliveira e Sebastião Batista da Silva e do **Conselho Fiscal:** Sônia Aparecida Fiorilli, Isvaldir Lopes Veigas e Izuméria Aparecida da Costa Prajo. Dando início à reunião, foi relatado segundo analistas que: EUROPA Conforme a agência Eurostat, o desemprego se manteve estável em julho na zona do euro, sendo que a taxa de 10,1% foi a mais baixa já registrada desde julho de 2011. Enquanto os menores índices foram registrados em Malta (3,9%) e na Alemanha (4,2%), os maiores ocorreram na Grécia (23,5%) e na Espanha (19,6%). A inflação do consumidor da região também se manteve estável. Embora os analistas a estimassem em 0,3%, a taxa de 0,2% verificada em agosto, na base anual, ficou igual a de julho. No Reino Unido, para fazer frente ao impacto do Brexit, o Banco da Inglaterra, pela primeira vez desde 2009, reduziu a taxa básica de juros de 0,5% para 0,25%. Adicionalmente, lançou dois novos programas de estímulos. Um para comprar 10 bilhões de libras em títulos de empresas com grau de investimento e outro, potencialmente no valor de 100 bilhões de libras, para garantir que os bancos mantenham empréstimos mesmo após o corte dos juros. EUA Nos EUA, de acordo com o Departamento de Comércio, o crescimento do PIB americano foi revisado de 1,2%, em base anual, para 1,1% no segundo trimestre de 2016. Embora o consumo das famílias tenha melhorado, os dados foram ofuscados pela queda nos

estoques das empresas, pela piora nos investimentos privados e pelos fracos gastos de governos estaduais. Já a criação de novos empregos não agrícolas, em agosto, estimada em aproximadamente de 180 mil vagas, foi de efetivamente 151mil vagas, sendo que a taxa de desemprego se manteve em 4,9%, representando cerca de 7,8 milhões de pessoas sem trabalho. Mesmo assim, para Stanley Fischer, vice-presidente do FED, o mercado de trabalho dos EUA está perto do pleno emprego. Na ata da última reunião do FED, realizada em 27 de julho, ficou evidente que o colegiado da autoridade monetária está dividido quanto a elevação dos juros. Embora os dados do emprego e a inflação ainda muito baixa enfraqueçam a chance de uma elevação na reunião no final de setembro, a possibilidade de alta dos juros ainda em 2016 vem se fortalecendo nos últimos meses, conforme sinalizou Janet Yellen, presidente do FED.

**ÁSIA** Na China, o indicador oficial que mede a atividade industrial registrou, em agosto, o seu valor máximo em quase dois anos, graças a melhoria da produção e da demanda. No Japão, o PIB cresceu 0,2%, em taxa anualizada, no segundo trimestre, enquanto a expectativa era de que atingisse 0,7%. Em contraste, nesse mesmo período o PIB da Índia cresceu 7,1% em relação a 2015, superando o da China pela primeira vez desde 1999.

**MERCADOS DE RENDA FIXA E RENDA VARIÁVEL** Na renda fixa, com os juros negativos se consolidando no mundo e com o aumento da demanda por títulos denominados em dólar, os títulos do tesouro americano, de 10 anos, que tinham rendimento ao redor de 1,57% a.a. no final de julho, terminaram agosto com um rendimento de 1,60% a.a., ao passo que os emitidos pelo governo britânico encerraram o mês rendendo 0,62% a.a. Os emitidos pelo governo alemão fecharam o mês com rendimento negativo de -0,04% a.a. Paralelamente, o dólar se valorizou 0,28% frente ao euro e 0,88% perante o yen, por exemplo. As bolsas internacionais em sua maioria subiram no mês de agosto. A americana (S&P 500) caiu 0,12%, a alemã subiu 2,47%, a inglesa (FTSE 100) 0,85% e a do Japão (Nikkei 225) 1,92%.

**CENÁRIO NACIONAL ATIVIDADE, EMPREGO E RENDA** De acordo com o IBGE, o PIB brasileiro teve queda pelo sexto trimestre consecutivo, desta vez de 0,6%, no segundo trimestre de 2016. Entretanto, sinais positivos surgiram na indústria e nos investimentos. Pelo lado da oferta, a agropecuária registrou queda de 2% no período, a indústria uma leve alta de 0,3% e o setor de serviços um recuo de 0,8%. Pelo lado da demanda, o consumo das famílias caiu 0,7%, os gastos do governo 0,5%, mas os investimentos cresceram 0,4%. Em relação ao mesmo período de 2015, o PIB recuou 3,8%. A queda do setor agropecuário chegou a 3,1%, a do setor industrial a 3%, e a do setor de serviços a 3,3%. O consumo das famílias recuou 5%, os gastos do governo 2,2% e os investimentos 8,8%. Por sua vez, a taxa de desemprego atingiu 11,6% no trimestre encerrado em julho, conforme a Pnad Contínua, sendo que um ano antes a taxa era de 8,6%. O contingente de desempregados chegou a 11,8 milhões de pessoas. A renda média de R\$ 1.985,00 apresentou queda real de 3% frente ao ano anterior, quando era de R\$ 2.048,00.

**SETOR PÚBLICO** De acordo com a Receita Federal, a arrecadação federal recuou 5,8% em julho, sobre igual mês do ano passado. E conforme informou o banco Central, o setor público consolidado registrou déficit primário de R\$ 12,8 bilhões em julho. No ano, o déficit acumulado foi de R\$ 36,6 bilhões e em doze meses de R\$ 154 bilhões (2,54% do PIB). As despesas com juros

nominais, em doze meses, totalizaram R\$ 427,1 bilhões (7,04% do PIB). Já o déficit nominal, que inclui o resultado com os juros, foi de R\$ 581,1 bilhões (9,58% do PIB), também em doze meses. A dívida bruta do governo geral (governo federal mais INSS mais governos regionais) alcançou R\$ 4,21 trilhões (69,5% do PIB), elevando-se 1 ponto percentual em relação ao mês anterior.

**INFLAÇÃO** Com os preços dos alimentos exercendo menor pressão, a inflação medida pelo IPCA desacelerou de 0,52% em julho, para 0,44% em agosto. No ano, a alta acumulada chegou a 5,42%, abaixo dos 7,06% registrado em igual período do ano anterior. Em doze meses acumulou 8,97%, também abaixo dos 9,53%, relativos aos doze meses imediatamente anteriores, embora no mês de julho acumulasse alta de 8,74% em doze meses. Já o INPC, subiu 0,31% em julho e acumulou um avanço de 6,09% no ano e 9,62% em doze meses.

**JUROS** Em reunião realizada no final de agosto, o Comitê de Política Monetária do Banco Central – COPOM decidiu, por unanimidade, manter, pela nona vez seguida, a **taxa Selic em 14,25% ao ano**. Em comunicado, o Copom condicionou a redução da taxa básica de juros à queda da inflação e à redução da incerteza sobre o ajuste fiscal proposto pelo novo governo.

**CÂMBIO E SETOR EXTERNO** A taxa de câmbio dólar x real, denominada P-Tax 800 encerrou o mês de agosto cotada a R\$ 3,2403, com uma valorização de apenas 0,04% no mês, mas com uma desvalorização de 17,02% no ano e de 9,46% em doze meses. Em julho, as transações correntes, apresentaram déficit de US\$ 4,1 bilhões, acumulando em doze meses saldo negativo de US\$ 27,9 bilhões. Em relação a 2015, graças a taxa de câmbio mais forte, a queda do déficit foi de 71%. Os Investimentos Estrangeiros Diretos – IED apresentaram um ingresso líquido de US\$ 78 milhões, acumulando em doze meses, um saldo positivo de US\$ 72 bilhões. As reservas internacionais terminaram o mês em US\$ 377,5 bilhões e a dívida externa bruta em US\$ 338,1 bilhões. A Balança Comercial, por sua vez, teve em agosto um superávit de US\$ 4,1 bilhões. No acumulado do ano, registrou um superávit de US\$ 32,37 bilhões, recorde para o período de acordo com a série histórica iniciada em 1989.

**RENDA FIXA** Dos subíndices Anbima, que referenciam os fundos compostos por títulos públicos disponíveis para os RPPS, o melhor desempenho no mês acabou sendo o do IDkA 2A (IPCA) com 1,29% de alta, seguido do IRF-M1, com avanço de 1,19% e do IMA-B 5, com 1,09%. No ano, o melhor desempenho acumulado até agosto foi do IDkA 20A (IPCA) com 46,60%, seguido do IMA-B 5+ com 25,95% e do IRF-M 1+ com alta de 22,39%.

**RENDA VARIÁVEL** 4 de 5 Para o Ibovespa foi outro mês de alta, de 1,03%, levando o acumulado no ano para um ganho de 33,57% e o em doze meses para 22,79%. O desempenho da bolsa continuou revelando otimismo com a economia brasileira após o impeachment, tanto do investidor local, quanto do estrangeiro, que de janeiro a julho já aportou R\$ 16,8 bilhões em nosso mercado de ações.

**PERSPECTIVAS MERCADO INTERNACIONAL** Com os fortes dados sobre a criação de novas vagas de trabalho em julho e por conta de pronunciamentos de membros do FED sobre a melhoria dos indicadores econômicos, o mercado passou a acreditar na possibilidade da alta dos juros na reunião de política monetária agendada para o final de setembro. Entretanto, os dados sobre emprego de agosto enfraqueceram essa perspectiva, muito embora instituições financeiras e economistas renomados ainda acreditem nessa possibilidade, ou mesmo na elevação da taxa ainda em 2016. Outro

importante evento que se aproxima é a eleição presidencial nos EUA em novembro. Pelo bom comportamento dos ativos de risco, como ações, o mercado acredita que a eleição presidencial está resolvida a favor da senhora Clinton e que as políticas do atual governo permanecerão praticamente inalteradas. Por ora, só resta aguardar os próximos passos dos candidatos e seus reflexos nas pesquisas de intenção de voto.

**MERCADO NACIONAL** Com a definição do impeachment e a posse do presidente Michel Temer, o mercado financeiro nacional e internacional se volta agora para o ajuste fiscal e para as reformas necessárias para a retomada do crescimento econômico sustentado. É de suma importância que os sinais de melhora, tanto da confiança do consumidor quanto do produtor e do fornecedor de serviços, não afastem o governo e os políticos da necessidade de medidas enérgicas e urgentes que devem ser tomadas. Disso dependem os investimentos privados nacionais que precisam ser retomados, como também os investimentos externos necessários como reforço à poupança interna. Em setembro, evento de suma importância será a reunião do banco central americano, em um momento em que o mercado financeiro internacional começa a questionar a eficácia das taxas de juros negativas praticadas por diversos países. Uma mudança da política monetária dos EUA, neste momento, poderá trazer forte volatilidade para os mercados e provocar a reprecificação de uma série de ativos. Mesmo assim, ao longo do tempo acredita-se na criação de pré-condições para que as elevadíssimas taxas de juros praticadas no Brasil possam enfim começar a recuar. Sob a ótica da alocação dos recursos dos RPPS, a nossa recomendação é de uma exposição de 45% nos vértices mais longos (dos quais 10% direcionados para o IMA-B 5+ e/ou IDKA 20A e 35% para o IMA-B Total), 25% para os vértices médios (IMA-B 5, IDKA 2A e IRF-M Total) e 5% para o vértice mais curto, representado pelo IRF-M 1, e mesmo pelo DI, face a constituir uma reserva estratégica de liquidez e proteção das carteiras. Permanece a recomendação de que, com a devida cautela e respeitados os limites das políticas de investimento, é oportuna a avaliação de aplicações em produtos que envolvam a exposição ao risco de crédito (FIDC e FI Crédito Privado, por exemplo) em detrimento das alocações em títulos públicos de vértices mais longos. A atual escassez de crédito para a produção e o consumo tem gerado prêmios de risco, que possibilitam uma remuneração que supera as metas atuariais. Quanto à renda variável, recomendamos uma exposição de no máximo 25%, já incluídas as alocações em fundos multimercado (5%), em fundos de participações – FIP (5%) e em fundos imobiliários FII (5%). Por fim, cabe lembrarmos que as aplicações em renda fixa, por ensejarem o rendimento do capital investido, devem contemplar o curto, o médio e o longo prazo, conforme as possibilidades ou necessidades dos investidores. Já as realizadas em renda variável, que ensejam o ganho de capital, as expectativas de retorno devem ser direcionadas efetivamente para o longo prazo.

Em seguida, foi relatada a **situação financeira do IPRESA, mediante a distribuição de cópia do balancete da receita e da despesa referente ao mês de agosto/2016** aos presentes, o qual foi avaliado e aprovado. Foi distribuído, relatado e avaliado o **Relatório Mensal dos Investimentos referente ao mês de agosto/2016, onde se verificou que foram observados os critérios estabelecidos pela Resolução nº 3.922/2010**, de 25 de novembro de 2010, expedida pelo Banco Central do Brasil, podendo-se confirmar que

os investimentos do IPRESA estão todos enquadrados na legislação pertinente e o mesmo foi aprovado pelos membros. **Seguindo foi discutida a definição da aplicação dos recolhimentos previdenciários da competência agosto/2016 (cujo vencimento se dará em 13 de setembro de 2016), descontadas as despesas administrativas e também definição da aplicação do pagamento da 8ª parcela do Parcelamento nº 00104-2016.** Conforme solicitação feita à consultoria Crédito & Mercado, e conforme análise da carteira de investimentos foi sugerido aplicação dos **recursos novos em fundos atrelados ao IMA-B 5+** e sugestão de migração dos valores investidos em IDKA 2A para IMA-B 5+. A estratégia com relação aos recursos novos é viável haja vista que em virtude das condições do mercado, as variações na taxa de juros, influenciam diretamente no comportamento dos papéis que compõem a carteira dos fundos de investimentos de renda fixa indexados aos títulos públicos, principalmente os de vencimentos mais longos como é o caso do IMA-B 5+, onde observa-se uma reprecificação dos ativos, porém mantendo os fundos com caráter defensivo em um cenário de juros de mercado crescentes. Na análise feita, das instituições credenciadas, conforme mostram os relatórios constantes dos arquivos de investimentos o **FUNDO BB IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO** é o fundo com melhor desempenho nos 12 meses – **29,82% contra 29,43,% do FUNDO CAIXA BRASIL IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP, 29,56% DO FUNDO BRADESCO INSTITUCIONAL IMA-B 5+ FIC RENDA FIXA.** Avaliamos ainda a possibilidade de migrar R\$2.500.000,00 do IDKA 2ª para fundos indexados ao IMA-B 5+, contudo foi unânime a decisão de não efetuar qualquer migração no segmento, visando analisar o comportamento do mercado e para este momento investir apenas os recursos novos em IMA-B 5+. A ação visa aplicar a estratégia onde os recursos novos devem ser direcionados para os vértices mais longos, para ativos indexados ao IMA-B 5+, de forma a aproveitar o momento financeiro e potencializar os ganhos neste momento. Com isso, os recursos oriundos do **recolhimento previdenciário da competência agosto/2016, cujo vencimento se dará em 13/09/2016 e os valores recebidos do pagamento da 8ª parcela do Parcelamento nº 00104-2016, serão aplicados no FUNDO BB IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO.** Em seguida foi relatado que o pagamento da competência junho e julho/2016 da Prefeitura Municipal não foram repassado até a presente data. Todavia, os membros do Comitê de Investimentos, da Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal lamentaram o fato e ainda relataram a necessidade alertar verbalmente o Poder Executivo Municipal sobre a expiração do CRP – Certificado de Regularidade Previdenciária na data de 17/09/2016 e que sua renovação não ocorrerá sem os repasses que estão em atraso. Em seguida o Comitê de Investimentos deu ciência do teor da reunião à Diretoria Executiva e ao Conselho Deliberativo na presença do Conselho Fiscal, os quais ratificaram as decisões tomadas. Continuando ficou definido que próxima reunião ordinária do **Comitê se dará em 07 de outubro de 2016, às 13h30min.** Em seguida a secretária agradeceu a participação dos membros envolvidos, dando por encerrada a presente reunião. Nada mais havendo a tratar eu

Márcia Cristina Manfrenato Cassim, Secretária, lavrei a presente ata, que após lida achada conforme e aprovada, vai assinada por mim e por todos os presentes.

Santa Albertina, 12 de setembro de 2016.

**COMITÊ DE INVESTIMENTOS:**

Márcia Cristina Manfrenato Cassim: \_\_\_\_\_

Rosângela Marisa Tezzon: \_\_\_\_\_

Sebastião Batista da Silva: \_\_\_\_\_

**CONSELHO DELIBERATIVO:**

Ellen Sandra Ruza Polisel: \_\_\_\_\_

Osmar Games Martins: \_\_\_\_\_

Silmara Porto Penariol: \_\_\_\_\_

Carlos César de Oliveira: \_\_\_\_\_

Sebastião Batista da Silva: \_\_\_\_\_

**CONSELHO FISCAL:**

Sônia Aparecida Fiorilli: \_\_\_\_\_

Isvaldir Lopes Veigas: \_\_\_\_\_

Izuméria Aparecida da Costa Prajo: \_\_\_\_\_

**DIRETORIA EXECUTIVA:**

Márcia Cristina Manfrenato Cassim: \_\_\_\_\_

Rosângela Marisa Tezzon: \_\_\_\_\_

Célia Maria Bassi: \_\_\_\_\_